

NÚCLEO DAS TRADIÇÕES ORAIS E DO PATRIMÔNIO IMATERIAL: PRODUÇÃO ACADÊMICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Edil Silva Costa¹

Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro.

(Ailton Krenak, O amanhã não está à venda)

UTOPIA, DISTOPIA, NUTOPIA

Quando foi criado em 2006 pelo Prof. Dr. Ari Lima e Profa. Dra. Katharina Döring, o Núcleo das Tradições Oraís e do Patrimônio Imaterial Afro-Indígena (NUTOPIA) tinha como proposta agregar pesquisadores para ampliar o diálogo e fortalecer as pesquisas na área. Os pesquisadores que foram se associando em seguida — eu, Dr. Silvio Oliveira, Dr. Daniel Francisco dos Santos, Dra. Andrea Betânia da Silva —, embora com formações acadêmicas diferentes, todos tinham/têm pesquisas envolvendo patrimônio imaterial. Procurávamos um lugar para nos abrigar e a nossos interesses acadêmicos de modo a fortalecer também o pilar da pesquisa na nossa universidade, que sempre se destacou no ensino e na extensão. Desse modo e de forma bastante favorável, formamos um grupo de pesquisadores, heterogêneo e coeso, em trânsito pela Etnomusicologia, Antropologia, Letras e História. Cada um de nós estende sua rede de contatos a outros grupos e pesquisadores, agregando também discentes com pesquisas em Turismo, Museologia, Educação, por enquanto.

¹ Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-São Paulo), Professora Titular Plena da UNEB, atuando como Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica), membro do Grupo de Trabalho de Literatura Oral e Popular da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL). Endereço eletrônico: escosta@uneb.br.

Em 2009, quando começou a funcionar no Campus II da UNEB o Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, o NUTOPIA foi acolhido na Linha de Pesquisa 1 — Literatura, produção Cultural de modos de vida. Em função da natureza de nossas pesquisas, vamos nos desdobrando em ações que muitas vezes envolvem comunidades populares e populações afrodescendentes na Bahia, ou como pontos de partida ou como objetivos finalísticos.

Um aspecto importante a considerar é como se formou o grupo, ou melhor, como se formaram os grupos de pesquisa na Universidade do Estado da Bahia. Uma universidade jovem, com forte vocação extensionista e que se estruturou a partir de diversas unidades de ensino superior, muitas com licenciaturas curtas, que foram estatizadas para integrar a maior universidade pública do Estado. De chofre, enfrentamos um grande desafio que foi (e ainda é) fazer pesquisa em uma instituição pública no interior de um Estado do Nordeste do Brasil. Muitos projetos foram criados como desdobramentos de atividades de extensão, a partir da necessidade de aprofundamento teórico e metodológico. Portanto, trilhamos o caminho inverso das universidades que já têm a pesquisa consolidada, em que os projetos de pesquisa se desdobram em atividades de extensão de modo a prestar serviços às comunidades de seu entorno. De modo geral, nos interessamos menos pelas pesquisas de gabinete e nos engajamos mais com os temas e problemas que atingem o mundo além da academia.

Quando iniciamos nossos trabalhos em 2020, planejávamos dar continuidade a algumas das ações iniciadas em 2019, pendências que se tornariam pontos de partida ou de chegada. Fomos pegos de surpresa por uma situação que rapidamente alterou os planos da comunidade acadêmica, pois nossas atividades regulares tiveram de ser em parte suspensas e outra parte reprogramada por causa da emergência sanitária e da crise mundial provocada pelo novo coronavírus.

A desordem social, consequência da pandemia, nos colocou em uma realidade distópica. Vivemos acuados, confinados, para nos

protegermos de um inimigo invisível. Se nos encontramos com as ideias fora do lugar, o trabalho em grupo nos ajuda a pensar em como ajustar nossos sonhos e projetamos um lugar possível. Temos encontrado formas de manter funcionando, ainda que com limitações bastante graves, nossos departamentos. Mas as atividades presenciais foram suspensas e, se a insegurança e o desconforto pela falta de controle não nos permitem avanços no planejamento, temos que aprender a viver um dia de cada vez.

E é em meio a essa distopia que tenho a felicidade de me deparar com o livro de um dos intelectuais mais lúcidos do Brasil na atualidade. Um homem em cuja voz ecoa as vozes das comunidades tradicionais: Ailton Krenak. A leitura do livro *O amanhã não está à venda* (2020) me fez projetar a utopia de um mundo em que os seres humanos não são a espécie dominante. Sem a circulação dos humanos, as florestas se revigoram, as águas se renovam, os animais avançam seus territórios. O paraíso se recompõe e os únicos humanos possíveis serão aqueles que conseguem viver em harmonia com o mundo natural.

O vírus, na perspectiva apocalíptica, veio para salvar o planeta da maior praga. Selecionado a espécie, só atingiu o homem. Os outros seres vivos estão seguindo bem suas vidas. Essa constatação me permite projetar uma utopia do mundo sem os humanos. Sonho com as florestas invadindo as cidades; os rios correndo sem os esgotos, água que brota cristalina das nascentes correndo sem interferências até o mar; os animais se reproduzindo livremente e livremente exercendo sua seleção natural.

Por outro lado, a situação distópica e de confinamento na qual fomos jogados graças à pandemia me fez pensar que, para ler o texto que vai sendo escrito no mundo lá fora, é cada vez mais necessário ouvir as vozes das comunidades tradicionais. Inevitável revisitar as utopias e projetarmos outras para um mundo pós-pandemia, mas sem o frescor e a inocência das primeiras. A história da humanidade mostra que, em momentos de crise, as utopias ganham força porque podem ser um escape, mas também podem apontar caminhos para a reconstrução do

frágil equilíbrio social, bálsamos para adiar o inevitável fim do mundo² ou a queda do céu³, proposições que se afirmam como profecias.

Esses acontecimentos marcarão nossa geração, mas que boas lições poderemos tirar desse momento? Fica clara a necessidade urgente de investimentos em ciência e tecnologia, a valorização das universidades e centros de pesquisa e o legado para o serviço público de saúde. Do ponto de vista das ciências humanas e sociais, a cultura e os modos de vida das populações serão afetados e é também urgente a reflexão sobre o tema.

COMUNIDADES TRADICIONAIS, PATRIMÔNIO CULTURAL E PANDEMIA

Considero que o impulso das ações para a preservação do patrimônio cultural, seja material ou imaterial, é o desejo ou necessidade de salvaguarda. Isso porque existe também a crença que a conservação das tradições irá garantir ou no mínimo favorecer a preservação da memória coletiva e das identidades. Portanto, estaria se preservando a história coletiva, individual ou de grupos. Como constitutivo de uma identidade, o patrimônio é sempre valorizado por seu aspecto imaterial. Mesmo sendo um item de “pedra e cal”, ele só importa e tem algum valor para a cultura e a sociedade se tiver agregado a sua existência a imaterialidade que o fez sobreviver na memória e que se quer preservar.

O aspecto que relatei acima contribui para uma postura sem dúvida característica de nossas ações que é o compromisso social e político. O

² Aqui me aproprio da expressão de Ailton Krenak no livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (São Paulo: Cia das Letras: 2019).

³ Sobre esse tema, ver o relato do xamã yanomami Davi Kopenawa: “A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirmos, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar.” (In: *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 6).

engajamento é visível nos recortes que fazemos e na produção de resultados voltados para as comunidades que ficam à margem, de modo a subsidiar com nossos dados de pesquisa as políticas públicas que impulsionem a melhoria de vida das pessoas com as quais convivemos. O engajamento da pesquisa não passa por um simples viés ideológico, mas por esse compromisso e pelo entendimento de que a universidade pública não pode esquecer seu papel social.

Apesar da incompreensão, em especial no primeiro momento da pandemia, de boa parte das pessoas quanto à gravidade da situação e do que teríamos de enfrentar, o fato é que a covid 19 nos trouxe a realidade de uma guerra. O oponente não é só o inimigo invisível que ataca nossa saúde, mas sobretudo a forma amadora de enfrentamento do problema. A falta de controle pela ausência de vacina ou remédio gera o pânico. O vírus desestabiliza o indivíduo e seu estar no mundo. Conseqüentemente, o ser social. Porém, a falta de uma política pública com ações mais consistentes, enviada de desinformação e despreocupação com as populações mais vulneráveis, acentua a instabilidade e contribui para a instalação do caos social.

Diante desse quadro, o investimento em pesquisa científica é essencial. Notamos de imediato tanto a importância de se fazer ciência quanto as consequências da falta desses investimentos. As ciências da saúde foram acionadas imediatamente para dar respostas à sociedade, mas são as ciências humanas e sociais que podem conduzir as formas de administração do remédio, as soluções encontradas para minimizar os efeitos da desinformação e da falta da vacina.

Os profissionais da saúde apontaram que há muitas variantes a serem examinadas no país se quisermos visualizar um quadro realista a respeito do avanço da doença, assim como na administração dos poucos recursos disponíveis para seu enfrentamento. No caso específico da covid 19, em que o distanciamento social e o isolamento foram prescritos como as formas eficazes de enfrentamento para desacelerar a onda de contágio, compreender as questões culturais é crucial.

Sabemos o quanto o Brasil é um país diverso e desigual. Por isso mesmo os meios de conduzir a situação devem respeitar minimamente as diferenças regionais e sociais. De modo geral, somos uma cultura do abraço, da proximidade e do toque físico. Ou seja, da aglomeração. No Nordeste brasileiro e mais especificamente na Bahia, isso é uma característica marcante. Por outro lado, nosso calendário anual é recheado de festas populares, de rua. Diferente das festas privadas ou mesmo as públicas em lugares fechados, nas festas populares, é muito frágil o controle de quais as pessoas que circulam. Nesses espaços — e por isso mesmo a festa popular é tão atraente — há circulação de gente de todas as cores e classes, nativos e forasteiros.

Independente dos períodos de festa, até mesmo em função do clima mais quente, mas também pelas condições de moradia de grande parte das camadas populares, a rua é um espaço de extensão das casas. Em bairros populares, as casas se comunicam mais diretamente com as ruas. As habitações são apertadas, os terrenos escassos. A rua é o espaço que sobra para as crianças brincarem, para a conversa dos vizinhos, os namoricos dos jovens. Nos bairros de classe média, onde os moradores se isolam em apartamentos ou erguem altos muros em volta de suas casas e circulam geralmente de carro, as ruas ficam mais vazias e a comunicação com o lado de fora é feito por meio eletrônico ou empregados domésticos. Ao contrário, em bairros pobres, o tempo todo há gente na rua, circulando, interagindo comunitariamente (COSTA, 2015, p. 57).

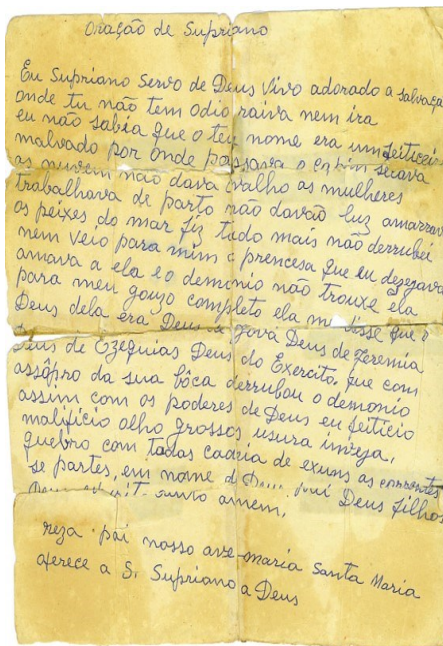
No cenário acima descrito, decretar isolamento social é um desafio. Conhecer essa realidade, que é cultural, pois tem a ver com o modo de vida de grande parte da população, é pressuposto para fundamentar as ações dos gestores públicos.

Do ponto de vista da paz social, como viver com a morte à espreita? A situação de crise pode revelar o que há de melhor e o que há de pior em nós. E é aí que entra nossa capacidade de exercitar a empatia e a solidariedade. Lição a ser aprendida com as comunidades populares e com os povos tradicionais.

Sobre a questão da empatia, não posso deixar de marcar que, durante a pesquisa de campo, vivenciamos encontros com pessoas desconhecidas até aquele momento. Esses encontros são sempre marcados por uma necessidade de olhar de perto o outro na tentativa de estreitar laços e ganhar confiança. Muitas vezes somos surpreendidos com gentilezas, fruto da empatia, que chega a ser comovente porque bem mais raro no meio urbano em que as pessoas vivem mais afastadas. Eis o caso:

Na década de 1990, dando continuidade à pesquisa de campo na região de Alagoinhas, me propus, junto com estudantes da Graduação em Letras e História, a percorrer as comunidades de terreiro. Em Pojuca, já anoitecendo, estávamos prestes a pegar a estrada, me despedi, saindo da casa de uma filha de santo que havia entrevistado. Ela me perguntou se precisava mesmo seguir viagem e eu disse que sim. Voltou para dentro de casa e trouxe um pedaço de papel amarelado que me entregou muito discretamente. Para minha surpresa, era uma oração que reproduzo abaixo⁴.

⁴ Adaptação livre: Oração de Cipriano. Eu, Cipriano, servo de Deus vivo, adorado,/a salvação, onde não tem ódio, raiva nem ira./ Eu não sabia o Teu nome,/era um feiticeiro malvado./Por onde passava, o capim secava,/as nuvens não davam orvalho, /as mulheres em trabalho de parto não davam a luz,/amarrava os peixes do mar./Fiz tudo, mas não derrubei/nem veio para mim a princesa que eu desejava./ Amava a ela e o demônio não trouxe ela/para meu gozo completo./Ela me disse que o Deus dela/ era Deus de Jeová,/Deus de Jeremias,/Deus de Ezequias,/Deus do Exército./Que com o sopro da sua boca derrubou o demônio./ Assim, com os poderes de Deus eu feitício,/malefício olho grosso, usura, inveja./Quebro com todas as cadeias de exus,/ as correntes se partem./Em nome de Deus Pai, Deus Filho, Deus Espírito Santo./ Amém./Reza Pai Nosso, Ave Maria/Oferece a São Cipriano, a Deus.



Manuscrito da oração de S. Cipriano com transcrição ao lado. Fonte: Acervo AMTRO

Oração de Supriano

Eu Supriano servo de Deus vivo adorado a salvação onde tu não tem odio raiva nem ira eu não sabia que teu nome era um feiticeiro malvado por onde passava o capim secava as nuvem não dava ovalho as mulheres trabalhava de parto não davão luz amarrava os peixe do mar fiz tudo mais não derrubei nem veio para mim a prencesa que eu dezejava amava a ela e o demonio não trouxe ela para meu gouzo completo ela me disse que o Deus dela era Deus de Jová Deus de Jeremia Deus de Ezequias Deus do Exercito. que com assôpro da sua bôca derrubou o demonio assim com os poderes de Deus eu feiticio maleficio olho grossos usura inveja, quebro com todas cadeia de exuns as correntes se partes, em nome de Deus pai Deus filhos Deus espirito santo amem.

reza pai nosso ave-maria santa Maria oferece a S. Supriano a Deus

Tratava-se de uma oração de São Cipriano, santo-bruxo e figura controversa (FERREIRA, 1992), cujo livro tem causado polêmica há muito tempo. A oração é popular no Brasil, assim como o livro atribuído a ele. A intenção da mulher ao me ceder a reza, dobrada e meio amassada, quase como um patuá, era de proteção. O teor da oração revela essa finalidade de enfrentamento do mal: “com os poderes de Deus eu feiticio/maleficio olho grossos usura inveja”.

Não consegui localizar as referências dessa reza, há muitas versões de orações de São Cipriano, no mundo inteiro. Pela linguagem utilizada, tudo leva a crer que foi aprendida oralmente e registrada de memória, mas o conteúdo atende ao que foi dito, um apelo de proteção e confirmação de fé. Essa é uma das formas que as pessoas em

comunidades populares expressam sua empatia. Aqueles que pouco têm, são os que dão mais. Dividir é uma prática cotidiana.

Em contrapartida, não posso deixar de notar que tomou forma e cresceu nos últimos meses o *discurso* da solidariedade. Independente da honesta iniciativa de lideranças comunitárias, da iniciativa privada e até mesmo dos poderes públicos, diversos segmentos sociais se mobilizaram para atender as demandas dos mais vulneráveis socialmente. A pandemia trouxe à tona e expor na cara da classe média (que fingia não ver ou não via mesmo por falta de capacidade de enxergar o outro) as dificuldades das camadas mais baixas e a fragilidade do Brasil em relação à saúde pública, segurança alimentar, violência policial, educação, saneamento básico, enfim, ausência de condições dignas de vida.

Pois bem. O princípio da solidariedade é a empatia, algo pouco crível na classe média brasileira que se estrutura a partir do pensamento escravocrata e colonial. A elite que não abandonou a casa grande e insiste a todo custo manter seus privilégios como se fossem direitos. Não vamos cair no conto da cordialidade outra vez. No máximo, assistimos a eventos midiáticos bem arquitetados para sustentar o discurso da solidariedade que renderá, além do alívio de consciência necessário para a continuidade da exploração, os lucros políticos e financeiros para reforçar o sistema dominante.

Por outro lado, essa crise deu também mais visibilidade às formas de organização comunitária que muito rapidamente conseguiu atingir as famílias mais necessitadas. Ao contrário do governo, que levou dias, meses até, procurando um caminho para identificar e implementar a ajuda emergencial que vem se mostrando falha e fácil de fraudar.

Por essa razão, é fundamental que os gestores conversem com os líderes comunitários e, associados a eles, implementem as ações necessárias. Ao contrário disso, o que vimos foi uma total desorganização, misto de má vontade e má qualidade das informações, por sinal já existentes no cadastro social de boa parte dos beneficiáveis.

A preocupação com a economia é legítima na lógica do estado mínimo que ignora as formas de economia solidária. Nisso também temos os exemplos da resistência de quilombolas e nativos, mas o tema não será abordado aqui, pois não cabe nesse artigo por merecer uma discussão exclusiva e especializada.

Em suma, somente uma ação coordenada dos vários segmentos dos poderes públicos, federal, estadual e municipal, com as lideranças comunitárias, respeitando a diversidade cultural e valendo-se do conhecimento popular, suas crenças, seus valores e seus modos de vida, poderia fazer funcionar de forma imediata um plano emergencial para conter a pandemia.

Até agora basicamente me referi de forma mais genérica e ao contexto urbano. Nas comunidades tradicionais rurais, quilombolas e indígenas, as formas de atenção à saúde enfrentam peculiaridades ainda mais delicadas. Ailton Krenak (2020) se refere a esses grupos “agarrados” na Terra e que ficam de fora do sistema como uma “sub-humanidade”:

Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam se manter agarrados nessa Terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. Esta é a sub-humanidade: caiçara, índios, quilombolas, aborígenes. Existe, então, uma humanidade que integra um clube seletivo que não aceita novos sócios. E uma camada mais rústica e orgânica, uma sub-humanidade, que fica agarrada à Terra (KRENAK, 2020, p. 7-8).

As políticas públicas para essas comunidades devem ser ainda mais cuidadosas. Não só porque, para esses sujeitos, o acesso às unidades de saúde básica é mais difícil, mas também pelo fato de que o tratamento do corpo é transpassado por questões religiosas, como são exemplo as rezadeiras e as parteiras, mulheres que tem um amplo conhecimento da medicina popular e intervêm em casos de necessidade de assistência à saúde. Em muitos lugares, nos rincões do Brasil, elas são as únicas opções. Em outras situações, convivem com os médicos e agentes de saúde, os

auxiliando no acesso aos doentes, no convencimento de adoção de práticas não usuais em seu contexto, no acompanhamento dos tratamentos. São figuras importantes e intermediárias, fazendo a ponte entre os saberes das comunidades das “bordas do planeta” e os saberes hegemônicos ou oficiais.

Como já foi dito, a situação de crise pode revelar o que há de melhor e o que há de pior em nós. Tanto nossa humanidade quanto a desumanidade. O contexto da pandemia mostrou a fragilidade da espécie humana. Se por um lado, o vírus é um democrata, podendo atingir todas as camadas sociais, embora as formas de defesa e o acesso aos tratamentos sejam desiguais; por outro, no espectro mais amplo dos seres vivos, o vírus é seletivo, só atingindo os humanos. Como já foi dito, os outros viventes estão seguindo seu curso sem novos percalços. Pelo contrário, a natureza mostrou sua inteireza e vai se recuperando rapidamente nos lugares em que deixou de haver interferência do homem. Assim, o isolamento social do ser humano tem se mostrado benéfico para os outros espécimes. Como sintetiza Krenak:

A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas se moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? O que estamos vivendo pode ser obra de uma mãe amorosa que decidiu fazer o filho calar a boca pelo menos por um instante. Não porque não goste dele, mas por querer lhe ensinar alguma coisa. “Filho, silêncio.” A terra está falando isso para a humanidade. E ela é tão maravilhosa que não dá uma ordem. Ela simplesmente está pedindo: “Silêncio”. Esse também é o significado do recolhimento (KRENAK, 2020, p. 9).

A fala de Krenak traduz como as comunidades tradicionais vivenciam esse momento. Alerta também para o quão fluído e inconsistente é o discurso da sustentabilidade. A sustentabilidade é o limite da exploração capitalista, adoece mas não mata, vampirescamente necessita da vítima viva para continuar com seu projeto de morte.

Alinhados a esse projeto, os seres humanos são a praga que suga a seiva do planeta, tirando além do necessário para se sustentar, pois o capital mira o excedente e necessita de cada vez mais para se manter girando. Já os sujeitos nas comunidades tradicionais seguem na contramão dessa lógica (talvez aí caiba o adjetivo “sub-humano”, como um elogio). A pandemia, colocando a nu a falência do capital, nos direciona o olhar para as formas de solidariedade e empatia construídas a partir do senso comunitário.

Uma visão mais otimista poderia reconhecer possibilidades de avanços sociais, uma vez que a história mostra os saltos da humanidade nas crises. Ao longo de milênios a ideia de humanidade foi sendo sistematizada. No século XX, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e instituições como ONU, OMS, UNESCO¹ nos dão uma ideia clara que não é por falta de conhecimento ou discursos oficiais que há exclusão de vastas camadas da população mundial.

Por ora, nessa tentativa desesperada de adiamento do fim, há necessidade de políticas públicas inclusivas. Nesse contexto, o Consórcio Nordeste dá um passo importante para indicar possibilidades que nos distanciam do projeto declaradamente fascista e necropolítico do governo federal. A criação de um comitê científico que oriente as ações dos governos locais é uma clara jogada política e que demarca um território que se mostrou insurgente desde a eleição do atual governo. Portanto, para além da briga do governo e a OMS, não podemos aceitar apenas como rebeldia, em relação ao bolsonarismo, a tentativa de tomar decisões com suporte científico. Por sinal, rebeldia e autogestão é a atitude dos aquilombados há muito tempo. Daí a importância de se conhecer as comunidades tradicionais, muitas vezes abandonas à própria sorte.

¹ ONU (Organização das Nações Unidas, OMS (Organização Mundial de Saúde), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

PESQUISA COMO ENGAJAMENTO PROSPECTIVO NO MUNDO PÓS-PANDEMIA

O Nutopia se coloca desde sempre como um grupo de pesquisa engajado e próximo às comunidades tradicionais por causa da própria natureza dos nossos temas. O trabalho com comunidades e com a cultura popular nos possibilita apreender as lições com os mestres populares no que tange solidariedade e organização comunitária, como disse acima. O olhar atento para as comunidades populares nos faz conhecer as identidades e os laços de coesão social que as sustentam. Os grupos populares são mais coesos porque precisaram, desde sempre, desenvolver estratégias de resistência e autogestão em consequência da ausência ou omissão dos poderes públicos. O Nutopia e o trabalho com comunidades, propõe sistematizar as lições aprendidas com os mestres da cultura popular nos seus modos de organização comunitária.

Sobre a questão da saúde, do ponto de vista da sabedoria popular, retomando as questões de resistência, autogestão e políticas públicas, dois exemplos saltam aos olhos: rezadeiras e parteiras. O cuidado com o outro nesse caso se dá aliado à proximidade com as pessoas, muitas vezes parentes ou comadres. Há, nesse ambiente familiar, confiança e respeito. As rezadeiras, que muitas vezes são parteiras também (ou vice versa) possuem o conhecimento das plantas medicinais e práticas de cura, que são sempre acompanhadas de práticas religiosas. As políticas de saúde para as comunidades tradicionais devem incorporar esse viés de aproximação de práticas tradicionais.

Casa de uma rezadeira na zona rural de Alagoinhas.



Fonte: Arquivo AMTRO

O Projeto Acervo de Memória e Tradições Orais da Bahia (AMTRO), que coordeno, desenvolve junto à população local atividades de pesquisa, registro e valorização das tradições, abrindo perspectivas frutíferas para a interação com as comunidades. Com foco nas poéticas orais, conseguimos organizar um acervo que inclui, além de textos poéticos (narrados, cantados ou dramatizados), depoimentos, histórias de vida, fotos, vídeos, impressos e até mesmo alguns objetos.

Dentre os textos recolhidos, as rezas não são os textos mais fáceis de registrar porque, em geral, as rezadeiras não gostam e não aceitam rezar fora do contexto. E justificam: se não houver a necessidade de proferir a reza, não se deve dizer as palavras “à toa”. As palavras são sagradas, reza é coisa séria. Das vezes que consegui gravar, sempre com autorização da rezadeira, foi durante uma sessão de cura. Outra dificuldade é que a pronúncia das palavras é em tom baixo, quase sussurrado, permitindo que apenas a pessoa que está sendo curada ouça. Por essa razão, a gravação é quase sempre inaudível. Transcrevi algumas rezas em grande parte de memória ou “adivinhandando” o que estava sendo dito, pois a gravação não me permitia entender.

As mais comuns ou que estão em maior número são as rezas de olhado ou quebranto. E nesses casos, a pessoa rezada muitas vezes é uma

criança, pois os inocentes são mais vulneráveis ao “olho grande” ou “olho grosso”. Nesses casos, a doença deixa a pessoa abatida, sem ânimo. Acredita-se que esse estado de “quebranto” seja provocado pela inveja de outra pessoa, consciente ou inconscientemente. Essa energia ruim pode ser direcionada para uma pessoa, adulto ou criança, um animal, uma planta, qualquer ser vivente. Também pode-se rezar objetos, o princípio é o mesmo.

Rezadeira em Boa União, Alagoinhas.



Fonte: Acervo AMTRO

Como podemos notar na foto acima, a rezadeira segura galhos verdes nas mãos e vai sacodindo e tocando levemente o corpo da pessoa a ser benzida, num ritual que dura apenas o tempo da oração. Existe a crença de que a fé no ato de benzer deve ser compartilhada ou não surtirá efeito, por isso a postura do outro é de entrega, submissão. Nas palavras,

uma mensagem clara de evocação do poder divino do qual a rezadeira é instrumento:

Com dois te botaram
Com três eu te tiro
Com os poderes de Deus e da Virgem Maria
Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.
Amém

Quem procura uma reza de olhado acredita que sofre da interferência de uma energia ruim causada pelo “olho gordo” de outra pessoa, geralmente por ter despertado inveja ou estar fragilizado por algum motivo. Por isso a alusão aos dois olhos (com dois te botaram). Para quebrar a energia negativa, a rezadeira evoca os poderes de Deus e da Virgem Maria e seus três acompanhamentos, a Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo (com três eu te tiro). Esses acompanhamentos não são superiores apenas numericamente, mas também pela superioridade das forças divinas. Associadas às palavras, estão as ervas que servem para banhos ou chás. No caso dos galhos verdes usados no ritual da reza, eles devem ser descartados na direção do poente para que o mal se desfaça, mingando como o sol que se vai, ou na maré vazante, pelo mesmo motivo. Portanto, as forças da natureza são evocadas também, nem sempre com as palavras, mas nos atos ritualísticos. Nota-se que, embora a estrutura da reza siga um padrão que a aproxima de uma oração católica e oficial, tanto o ritual quanto o conhecimento das folhas são do domínio e da esfera religiosa afro-indígena. O texto sintetiza bem a fusão dessas culturas no contexto brasileiro e baiano.

A medicina popular no Brasil é uma prática muito antiga, bem antes dos primeiros portugueses aqui chegarem, ela já era muito bem conhecida pelos nativos, daí o conhecimento e a prática ser tão bem apurada por eles. Claro que os europeus também trouxeram conhecimento de folhas e chás que foram adaptados e incorporados às aqui existentes. Diferente da medicina convencional ou “científica”, o indivíduo que vai ser tratado é analisado sob dois aspectos básicos: a saúde de seu corpo e a saúde de

seu espírito, pois muitas vezes a pessoa não está com uma doença do corpo e sim uma doença espiritual, como o “mal olhado”, objeto da reza apresentada acima.

Na prática, a medicina popular utiliza três formas de tratar a pessoa que está doente: plantas medicinais, rezas e simpatias. Em alguns casos, estas três formas podem ser empregadas juntas, como é o caso das rezadeiras que utilizam plantas medicinais para realizar as orações nas pessoas doentes. O preparo das folhas para fazer as “mezinhas” necessita não só do conhecimento de suas propriedades farmacêuticas, mas do ritual do preparo. Para sua eficiência, precisam ainda do laço de confiança que se estabelece entre o rezador e o necessitado da reza, da cumplicidade do pacto social, do qual o pesquisador tem que estar ciente.

De tudo que venho dizendo, destaco o quanto é necessário o conhecimento profundo do patrimônio cultural, tanto da cultura dominante quanto das culturas das bordas (FERREIRA, 2010) para se conseguir atingir a população como um todo.

O Projeto AMTRO, nesses vários anos de atuação, vem cumprindo seu papel de estudar as poéticas orais, os saberes e fazer populares. Constatou-se a necessidade de criar uma rede e um espaço permanente que possa mobilizar e articular pessoas, grupos, instituições e projetos, gerar um banco de dados e construir um intercâmbio entre as diversas regiões do interior da Bahia. Tratar desses temas em um momento em que as pesquisas nas Ciências Humanas são relegadas é por si só um ato de resistência. Desse modo, encaminhamos nossas pesquisas para além dos muros da universidade, procurando encontrar as trilhas que nos levam ao Brasil profundo, muitas vezes ignorados por aqueles que se consideram os donos do poder.

REFERÊNCIAS

COSTA, Edil Silva. *Ensaio de malandragem e preguiça*. Curitiba: Appris, 2015.

FERREIRA, Jerusa Pires. *O livro de São Cipriano: uma legenda de massas*. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Estudos, 129).

FERREIRA, Jerusa Pires. *Cultura das bordas: edição, comunicação, leitura*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está venda*. São Paulo: Cia das Letras, 2020.